

Segurança alimentar e bem-estar na Guiné-Bissau

Resumo da palestra proferida pela Prof.^a Doutora Brígida Rocha Brito na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (11 de Dezembro de 2007)

Andreia Pinho Alves

Estudante da Licenciatura em Estudos Africanos

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

E-mail: andreiapinhoalves@gmail.com

No âmbito da cadeira de Cooperação e Desenvolvimento em África – cadeira esta direccionada para os alunos da licenciatura em Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa –, no dia 11 de Dezembro de 2007 assistimos a uma palestra proferida pela Prof.^a Doutora Brígida Rocha Brito subordinada ao tema da segurança alimentar e bem-estar na Guiné-Bissau. No essencial, esta palestra constou na apresentação de um projecto de cooperação para o desenvolvimento que Brígida Brito recentemente coordenou intitulado Projecto Integrado de Segurança Alimentar de Cacheu (PISAC). A socióloga Brígida Rocha Brito é Investigadora Principal do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEA-ISCTE, Lisboa) e docente na Universidade Autónoma de Lisboa. Realizou um mestrado em Estudos Africanos sobre a temática do Desenvolvimento Participativo na Guiné-Bissau (ISCTE, 1998) e obteve o

seu Doutorado na mesma área, com uma tese em que aborda a questão do Turismo Ecológico e Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe (ISCTE, 2005).

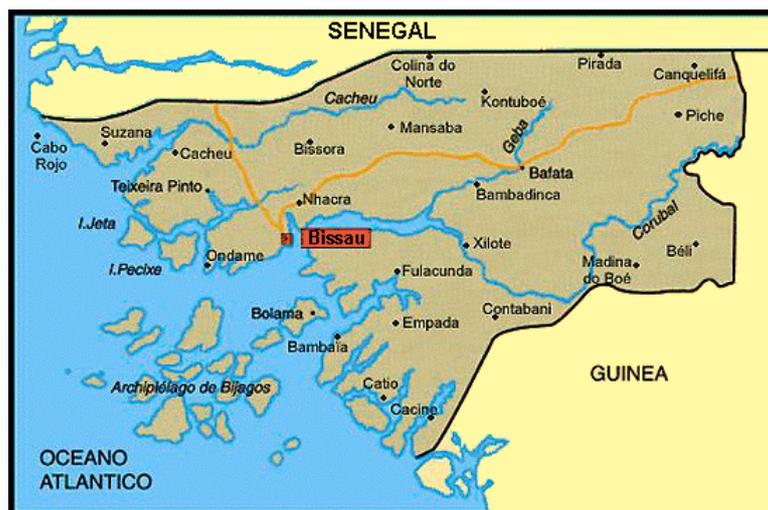
O projecto de cooperação que Brígida Rocha Brito apresentou nesta conferência teve como objectivo desenvolver uma série de mecanismos que permitissem a melhoria da segurança alimentar das famílias na região guineense de Cacheu. A Guiné-Bissau é um dos países da África Sub-sahariana com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – apenas 0.348 em 2003. A situação de pobreza é de tal ordem que cerca de 88% da população dispõe de menos de um dólar por dia. Regra geral, estas populações não dispõem de infra-estruturas básicas de habitação, como o acesso a água potável, saneamento, electricidade e gás, e as suas casas são vulgarmente feitas de barro ou terra, zinco ou, por vezes, palha. O carvão e a lenha são as principais fontes de energia, obtidas por recollecção directa. A esperança média de vida no país, em 2003, era apenas de 44,7 anos. A taxa de fertilidade é bastante elevada, sendo, em média, 7,1 filhos por mulher. A população é maioritariamente jovem – 47,2% da população tem idade inferior a 15 anos – e a grande maioria concentra-se no sector agrícola, sendo não só muito marcada pela ruralidade como por um sector terciário informal em crescimento. O arroz é a base da alimentação guineense e a sua produção é elevada. No entanto, não tem sido sustentável, pois não cobre as necessidades de consumo interno da população, havendo necessidade de recorrer à importação de produtos alimentares. Do ponto de vista económico, o país apresenta elevada

dependência em relação ao exterior. Exporta produtos como a castanha de caju em bruto, principalmente para a Ásia. É também crucial ter em conta que os meios de comunicação precários e as deficientes acessibilidades constituem um entrave ao intercâmbio regional. Verifica-se ainda falta de transportes marítimos e fluviais regulares.

Apesar de a agricultura ser a actividade dominante em Cacheu (as principais culturas são o caju, arroz e outros cereais), esta é muito deficitária devido a um conjunto de condicionalismos: constrangimentos a nível económico e produtivo, incerteza dos anos agrícolas, insuficiência dos meios de produção face às necessidades e às dificuldades na comercialização dos produtos. Também pesam razões de outra natureza, caso das frequentes crises sociopolíticas. Este conjunto de factores de natureza física, económica e política têm, conseqüentemente, efeitos na produção agrícola e na alimentação das populações, tal como é referido no *Estudo socioeconómico e diagnóstico para acompanhamento das condições de bem-estar da região de Cacheu*, documento no qual Brígida Rocha Brito sintetizou o essencial do projecto em causa. Tal como aí vem referido e a autora lembrou no decurso desta sua palestra, as populações agrícolas têm a sua mentalidade demasiado focada apenas no presente, o que as leva a ter uma produção reduzida, a não rentabilizarem os produtos nem as terras, e a não serem capazes de produzir o suficiente para o mercado interno, o que se reflecte num aumento da dependência externa. No campo da saúde, o acesso a esta é deficitário, havendo ainda uma grande discrepância entre a zona rural e a zona urbana. 30% da

população infantil sofre de subnutrição. Em 2003, a principal causa de morte era o paludismo, bem como situações de disenteria. Outras actividades igualmente importantes para a economia e a satisfação das necessidades das populações são a pesca artesanal (estável), a pesca industrial (que tende a aumentar de forma significativa, dado que se verificam aumentos do número de licenças), secagem de peixe, a produção pecuária e o sector terciário informal.

Foi perante esta realidade que surgiu este projecto de desenvolvimento que teve em vista a segurança alimentar e o bem-estar da população da região de Cacheu. O projecto foi apresentado pela ONGD portuguesa Instituto Marquês Valle Flôr e pela guineense Acção para o Desenvolvimento (AD). O projecto foi financiado pela Comissão Europeia e pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Teve a duração de 36 meses: de 1 de Dezembro de 2003 a 30 de Novembro de 2006. Tratou-se de um projecto com pequena incidência no terreno, ou seja, de micro-escala, tendo incidido apenas em três dos seis sectores da região de Cacheu, no litoral noroeste da Guiné-Bissau: Caió, Cachum e Cacheu.



República da Guiné-Bissau

Fonte: www.sol.sapo.pt/blogs/unroyal/archive/2007/07/04/...

O projecto levado a cabo por estas duas ONGD's tinha como principais objectivos a redução da pobreza e a melhoria das condições socioeconómicas das populações abrangidas pelo mesmo. Para tal, foram estabelecidos um conjunto de parâmetros a cumprir, tais como o apoio à produção através da distribuição e viabilização de kits de sementes hortícolas e frutícolas, pesticidas, introdução de novas técnicas agrícolas produtivas e tecnologias de processamento de produtos hortícolas e piscícolas (como a descascadora de arroz, prensas a óleo e fornos melhorados para a secagem do peixe), a construção de poços, realização de campanhas de sensibilização com a finalidade de capacitar técnicos e sensibilizar a população em geral para o desenvolvimento deste tipo de agricultura, combater as crises climáticas através da produção de excedentes e criar as condições para que se gerassem lucros através comercialização, de modo a que assim fosse

possível alcançar o bem-estar de forma sustentável. Visou-se ainda a valorização do associativismo, sobretudo das mulheres, agricultores e pescadores.

A partir da análise dos dados recolhidos pelo inquérito aos principais beneficiários, Brígida Rocha Brito expõe nas conclusões do referido *Estudo socioeconómico das condições de bem-estar na região de Cacheu* (págs. 43 segs.) que o projecto terá permitido diversificar e regularizar algumas culturas e contribuído para melhorar as condições alimentares. Na oportunidade desta conferência, defendeu também que as populações passaram a ter uma dieta alimentar mais equilibrada e rica, tendo sido possível comercializar alguns dos excedentes que resultaram do aumento da produção alimentar verificado.

No entanto, no final dos três anos do projecto – e apesar de a população em geral ter beneficiado de melhorias resultantes de apoios introduzidos pelo PISAC e de se defender que o balanço foi positivo –, reconhece-se também que uma parte significativa das famílias envolvidas continua a viver em situação de pobreza. A partir das conclusões tiradas pelo estudo, existem fundamentalmente três preocupações: a continuidade, a disponibilização de meios materiais de apoio às actividades produtivas de tipo tradicional e a falta de capacitação técnica. Apesar deste projecto ter sido desenvolvido em articulação com as populações locais, a falta de incentivos e de apoios materiais e técnicos conduziu as populações à adopção dos mesmos métodos seguidos anteriormente. Daí que, em muitos casos, não tenha

sido colocado em prática aquilo que foi aprendido durante o projecto, pelo que os beneficiários não se tornaram ainda autónomos em relação a ele. A instabilidade socioeconómica e a vulnerabilidade física da região contribuem para agudizar o mesmo problema. Houve mudanças no campo da modernização da produção e da diversificação, que tiveram reflexos bastante positivos na saúde e bem-estar das populações. Melhorou também o acesso a bens e serviços. No entanto, o fim do projecto numa altura em que as populações ainda não dispõem de autonomia em relação a ele é encarado como um entrave à continuação do desenvolvimento do seu bem-estar.

De acordo com Brígida Rocha Brito, uma das principais dificuldades sentidas durante a realização do projecto foi a falta de financiamento. Por vezes havia até dificuldade de acesso a conhecimento científico e técnico específico para melhor aproveitar os recursos e as potencialidades locais.

Na minha opinião, é fundamental investir na capacitação técnica das populações locais para que estas se possam tornar autónomas e criar meios de sustentação económica, podendo investir nos progressos técnicos agrícolas. Parte destes problemas de sustentabilidade do projecto já se encontrarão, neste momento, resolvidos, dado que o projecto teve entretanto garantida a sua continuidade, tal como anunciou Brígida Rocha Brito no decorrer da sua palestra. Torna-se fundamental saber gerar lucro e saber investi-lo. É urgente que os projectos de luta contra a pobreza capacitem as populações para as

melhorias do nível de vida. O investimento na área da agricultura é crucial para atingir os Objectivos do Milénio, pois desta forma não só serão possíveis melhorias no campo da alimentação (sustentada no próprio país), mas também no campo da saúde e da esperança média de vida – garantindo-se simultaneamente, portanto, a segurança alimentar e as condições mínimas de saúde.

Considero ainda fundamental que tenhamos em conta que a insegurança alimentar em África é um fenómeno frequente e esta é causada pela falta de acesso físico e monetário a uma quantidade de alimentos de forma a permitir qualidade alimentar de forma regular, de acordo com os hábitos alimentares e os valores proteicos dos alimentos. Para além de outros factores, as irregularidades climáticas são um dos principais entraves à segurança alimentar, visto que não permitem a prática de uma agricultura cíclica regular. Aliado a isto está o facto de estas populações não terem o hábito de produzir excedentes, provavelmente fundamentais para a sobrevivência numa situação de seca ou na circunstância de qualquer outro fenómeno natural adverso. Assim, é fundamental investir em projectos de desenvolvimento em África por parte das ONG's, como é o caso do PISAC, pois estes permitem dar autonomia às populações para que estas, a partir de conhecimentos e métodos adquiridos, se possam tornar mais independentes.

Bibliografia

Brito, Brígida Rocha. 2006. *Estudo socioeconómico e diagnóstico para acompanhamento das condições de bem-estar das famílias da região de Cacheu*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flor / Acção para o Desenvolvimento. http://www.im-valle-flor.pt/fotos/publicacoes/pisac_estudosocio.pdf [12 de Dezembro de 2007]